

Messias Góis: 'Foi correção de injustiça'

BRASÍLIA — O presidente da Comissão Mista de Orçamento, Messias Góis (PFL-SE), que auxiliou o ex-relator Ricardo Fiúza a concluir o orçamento, também admite que não há dispositivo regimental ou legal que permitisse alterar o texto final do orçamento. Aliado aos parlamentares que trabalharam no Prodasen, Messias afirma que as alterações foram motivadas por "correção de injustiças". Ele disse que a inclusão de emendas ocorreu para atender 50 parlamentares que não conseguiram aprovar suas propostas no "prazo regulamentar".

Segundo Messias Góis, o orçamento só será votado com toda a correção quando a comissão tiver assessores suficientes para auxiliar os parlamentares na elaboração dos relatórios.